

SOCIOLOGIA**Estado****01 - (ENEM)****TEXTO I**

As fronteiras, ao mesmo tempo que se separam, unem e articulam, por elas passando discursos de legitimação da ordem social tanto quanto do conflito.

CUNHA, L. Terras lusitanas e gentes dos brasis: a nação e o seu retrato literário.

Revista Ciências Sociais, n. 2, 2009.

TEXTO II

As últimas barreiras ao livre movimento do dinheiro e das mercadorias e informação que rendem dinheiro andam de mãos dadas com a pressão para cavar novos fossos e erigir novas muralhas que barrem o movimento daqueles que em consequência perdem, física ou espiritualmente, suas raízes.

BAUMAN, Z. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

A ressignificação contemporânea da ideia de fronteira compreende a

- liberação da circulação de pessoas.
- preponderância dos limites naturais.
- supressão dos obstáculos aduaneiros.
- desvalorização da noção de nacionalismo.
- seletividade dos mecanismos segregadores.

02 - (ENEM)**TEXTO 1**

Deputado (definição do século XVIII):

Substant. Aquele a quem se deu alguma comissão de jurisdição, ou conhecimento. Mandado da parte de alguma República, ou soberano. O que tem comissão do ministro próprio.

SILVA, & M. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789 (adaptado).

TEXTO II

Deputado (definição do século XXI):

[...]

- Aquele que representa os interesses de outrem em reuniões e decisões oficiais.
- Aquele que é eleito para legislar e representar os interesses dos cidadãos.
- Aquele que é comissionado para tratar dos negócios alheios.

AULETE, C. Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. São Paulo: Lexikon. 2010 (adaptado).

A mudança mais significativa no sentido da palavra “deputado”, entre o século XVIII e os dias de hoje, dá-se pelo(a)

- aumento na importância como representação política dos cidadãos.
- crescente participação dos funcionários no poder do Estado.
- incentivo à intermediação dos interesses de particulares.
- criação de diversas pequenas cidades-repúblicas.
- diminuição do poder das assembleias.

03 - (ENEM) Judiciário contribuiu com ditadura no Chile, diz Juiz Guzman Tapia

As cortes de apelação rejeitaram mais de 10 mil habeas corpus nos casos das pessoas desaparecidas. Nos tribunais militares, todas as causas foram concluídas com suspensões temporárias ou definitivas, e os desaparecimentos políticos tiveram apenas trâmite formal na Justiça. Assim, o Poder Judiciário contribuiu para que os agentes estatais ficassem impunes.

Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 20 jul. 2010 (adaptado).

Segundo o texto, durante a ditadura chilena na década de 1970, a relação entre os poderes Executivo e Judiciário caracterizava-se pela

- preservação da autonomia institucional entre os poderes.
- valorização da atuação independente de alguns juízes.
- manutenção da interferência jurídica nos atos executivos.
- transferência das funções dos juízes para o chefe de Estado.
- subordinação do poder judiciário aos interesses políticos dominantes.

04 - (ENEM) Os direitos civis, surgidos na luta contra o Absolutismo real, ao se inscreverem nas primeiras constituições modernas, aparecem como se fossem conquistas definitivas de toda a humanidade. Por isso, ainda hoje invocamos esses velhos “direitos naturais” nas batalhas contra os regimes autoritários que subsistem.

QUIRINO, C. G.; MONTES, M. L. Constituições. São Paulo: Ática, 1992 (adaptado).

O conjunto de direitos ao qual o texto se refere inclui

- a. voto secreto e candidatura em eleições.
- b. moradia digna e vagas em universidade.
- c. previdência social e saúde de qualidade.
- d. igualdade jurídica e liberdade de expressão.
- e. filiação partidária e participação em sindicatos.

05 - (ENEM) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. Do espírito das leis. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja

- a. exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b. consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c. concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d. estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e. reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

06 - (ENEM) A grande maioria dos países ocidentais democráticos adotou o Tribunal Constitucional como mecanismo de controle dos demais poderes. A inclusão dos Tribunais no cenário político implicou alterações no cálculo para a implementação de políticas públicas. O governo, além de negociar seu plano político com o Parlamento, teve que se preocupar em não infringir a Constituição. Essa nova arquitetura institucional propiciou o desenvolvimento de um ambiente político que viabilizou a participação do Judiciário nos processos decisórios.

CARVALHO, E. R. Revista de Sociologia e Política, nº 23. nov. 2004 (adaptado).

O texto faz referência a uma importante mudança na dinâmica de funcionamento dos Estados contemporâneos que, no caso brasileiro, teve como consequência a

- a. adoção de eleições para a alta magistratura.
- b. diminuição das tensões entre os entes federativos.
- c. suspensão do princípio geral dos freios e contrapesos.
- d. judicialização de questões próprias da esfera legislativa.
- e. profissionalização do quadro de funcionários da Justiça.

07 - (ENEM) Palestinos se agruparam em frente a aparelhos de televisão e telas montadas ao ar livre em Ramalah, na Cisjordânia, para acompanhar o voto da resolução que pedia o reconhecimento da chamada Palestina como um Estado observador não membro da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo era esperar pelo nascimento, ao menos formal, de um Estado palestino. Depois da aprovação da resolução, centenas de pessoas foram à praça da cidade com bandeiras palestinas, soltaram fogos de artifício, fizeram buzinaços e dançaram pelas ruas. Aprovada com 138 votos dos 193 da Assembleia-Geral, a resolução eleva o status do Estado palestino perante a organização.

Palestinos comemoram elevação de status na ONU com bandeiras e fogos. Disponível em: <http://folha.com>. Acesso em: 4 dez. 2012 (adaptado).

A mencionada resolução da ONU referendou o(a)

- a. delimitação institucional das fronteiras territoriais.
- b. aumento da qualidade de vida da população local.
- c. implementação do tratado de paz com os israelenses.
- d. apoio da comunidade internacional à demanda nacional.
- e. equiparação da condição política com a dos demais países.

08 - (ENEM) A democracia deliberativa afirma que as partes do Conflito político devem deliberar entre si e, por meio de argumentação razoável, tentar chegar a um acordo sobre as políticas que seja satisfatório para todos. A democracia ativista desconfia das exortações à deliberação por acreditar que, no mundo real da política, onde as desigualdades estruturais influenciam procedimentos e resultados, processos democráticos que parecem cumprir as normas de deliberação geralmente tendem a beneficiar os agentes mais poderosos. Ela recomenda, portanto, que aqueles que se preocupam com a promoção de mais justiça devem realizar principalmente a atividade de oposição crítica, em vez de tentar chegar a um acordo com quem sustenta estruturas de poder existentes ou delas se beneficia.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa Revista Brasileira de Ciência Política, n. 13, jan-abr. 2014.

As concepções de democracia deliberativa e de democracia ativista apresentadas no texto tratam como imprescindíveis, respectivamente,

- a.a decisão da maioria e a uniformização de direitos.
- b.a organização de eleições e o movimento anarquista.
- c.a obtenção do consenso e a mobilização das minorias.
- d.a fragmentação da participação e a desobediência civil.
- e.a imposição de resistência e o monitoramento da liberdade.

09 - (ENEM) Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que é indispensável convocar com frequência os Parlamentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis.

Declaração de Direitos. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a.Redução da influência do papa – Teocracia.
- b.Limitação do poder do soberano – Absolutismo.

- c.Ampliação da dominação da nobreza – República.
- d.Expansão da força do presidente – Parlamentarismo.
- e.Restrição da competência Presidencialismo.

10 - (ENEM) No início de maio de 2014, a instalação da plataforma petrolífera de perfuração HYSY-981 nas águas contestadas do Mar da China Meridional suscitou especulações sobre as motivações chinesas. Na avaliação de diversos observadores ocidentais, Pequim pretendeu, com esse gesto, demonstrar que pode impor seu controle e dissuadir outros países de seguir com suas reivindicações de direito de exploração dessas águas, como é o caso do Vietnã e das Filipinas.

KLARE, MT. A guerra pelo petróleo se joga no mar. Le Monde Diplomatique Brasil, abr. 2015.

A ação da China em relação à situação descrita no texto evidencia um Conflito que tem como foco o(a):

- a.Distribuição das zonas econômicas especiais.
- b.Monopólio das inovações tecnológicas extrativas.
- c.Dinamização da atividade comercial.
- d.Jurisdição da soberania territorial.
- e.Embargo da produção industrial.

LISTA DE EXERCÍCIOS PARA O ENEM



GABARITO

01 – E

02 – A

03 – E

04 – D

05 – D

06 – D

07 – D

08 – C

09 – B

10 – D